
De vãos à vitrines: olhares sobre as cidades

Felipe Athayde Lins de Melo¹

Receber de colegas de pós-graduação o convite para escrever a apresentação do Dossiê “Olhares sobre as cidades” é, por si só, motivo pessoal de alegria. Um convite pode decorrer de diversos motivos, seja o reconhecimento, a simpatia, o interesse ou a mera casualidade de um encontro. E afora suas causalidades, um convite é sempre uma oportunidade. Oportunidade esta que, no meu caso, tornou-se ainda mais feliz quando me deparei com os textos que integram o presente Dossiê. Construiu-se uma ponte, cujos trajetos, tangenciais, buscarei descrever adiante.

De antemão, porém, importa informar o lugar – esta palavra comum, este conceito dispare! - que o Dossiê ocupa neste novo número da Revista *Áskesis*. Iniciativa dos discentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, a *Áskesis*, ao chegar a sua terceira edição, se alinha à perspectiva adotada por inúmeras revistas acadêmicas e científicas e incorpora a produção de dossiês temáticos como estratégia para a reflexão aprofundada sobre questões centrais de seu campo de investigação. Nesse sentido, a organização de artigos em torno do tema “cidades” permite à *Áskesis* oferecer aos seus leitores diferentes facetas das sociabilidades urbanas, tendo como fio condutor os diferentes processos de (des)organização do espaço público.

O dossiê inicia essa reflexão com o artigo de Renata Montechiare, doutoranda em Antropologia e Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Intitulado “A cidade como narrativa – análises e reflexões sobre um bairro de Madrid”, o texto discute a construção de diferentes discursos sobre a paisagem urbana de Moncloa, histórico bairro madrileno onde se encontra um importante conjunto arquitetônico monumental, composto, dentre outras construções, pela Cidade Universitária de Madrid, pelo Palácio de La Moncloa – residência oficial do Primeiro-Ministro de Espanha – e pelo Cuartel General Del Aire – sede da “aeronáutica” espanhola. Mas é a partir de outra construção que a autora se propõe a discutir como os edifícios contam uma determinada história, história que é, em suas palavras, traduzida e interpretada por quem deles se apropria: trata-se do Museo de America, local de abrigo e exposição do discurso espanhol acerca da colonização da América.

Se, como descreveu o filósofo paraense Benedito Nunes, é a narrativa que preenche o vazio do tempo, dando-lhe substância por meio da matéria dos acontecimentos², a narrativa interpretada por Montechiare parece apontar, sobre o conjunto arquitetônico monumental de Moncloa, uma pluralidade de experiências, evocando sentidos que ultrapassam os objetivos originais para os quais cada construção foi erguida e indicando aquilo que o filósofo compreenderia como uma distensão da experiência espaço-temporal kantiana.

¹ Doutorando e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, autor do livro “As prisões de São Paulo: Estado e mundo do crime na gestão da ‘reintegração social’”. felipealmelo@yahoo.com.br

² NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

Por outro lado, se a narrativa dá ao tempo uma característica multidimensional, tomá-lo numa perspectiva histórica é também uma forma de atribuir sentido e método à investigação sociológica. É nesse caminho que se desdobra a análise das políticas habitacionais do Brasil recente, tema discutido pelo mestrando em ciências sociais da UNESP/Marília, Tiago Dumont. No artigo “Uma análise da política urbana e habitacional no Brasil – a construção de uma ilusão”, a cidade é tomada em sua materialidade, enquanto lócus de produção do discurso capitalista do progresso, que cria uma distinção com o caráter supostamente atrasado da sociedade rural e, ao mesmo tempo, mantém intacta a base estrutural das desigualdades socioeconômicas, a saber, a propriedade privada e sua acumulação. Assim, se Montecchiare apontara o espaço urbano como um “lugar praticado” e que se constrói a partir dos percursos de seus habitantes, Dumont sinalizará que as cidades brasileiras foram construídas como espaços por onde “nem todos os cidadãos podem fluir”, instaurando-se, desde suas origens, as condições para uma crise permanente de habitação.

Ao retomar um percurso das diferentes políticas habitacionais gestadas e operadas no Brasil republicano, Dumont enfatiza as recentes propostas de desenvolvimento de “uma nova política urbana e habitacional” por meio da criação do Ministério das Cidades (2003), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007) e da implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida (2009), concluindo que, apesar dos “avanços do período (...) há um conjunto de dilemas e impasses (...) que apontam para a construção de uma permanente estrutura de produção e reprodução das desigualdades na sociedade brasileira”, motivo pelo qual, mais do que uma política destinada a superar a crise da habitação, tais iniciativas configurariam um novo componente da ilusão permanente que caracteriza o modo de produção capitalista.

A ação política do Estado é tomada n’outra perspectiva por Tarcísio Perdigão, mestrando em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos e autor do artigo “Burocratas do Nível de Rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado”. Argumentando que as interfaces entre cidadãos e burocratas do nível de rua – categoria de agentes estatais que lidam diretamente com a implantação/implementação das políticas públicas junto aos seus destinatários – abrem espaços para práticas de negociação ou barganha, em oposição à suposta racionalidade e funcionalidade da burocracia clássica weberiana, Perdigão aproxima sua análise aos estudos interacionistas acerca das condutas morais e dos desvios, nos quais tanto os agentes estatais como os cidadãos afetados pelas políticas públicas interagem como forças de influências mútuas, sendo capazes de ressignificar e alterar estas políticas, o que, em suas palavras, torna possível problematizar os “modelos teóricos sobre cidadania e governança”.

Para além dos sentidos das interações entre agentes estatais e cidadãos nos processos de ressignificação das políticas, as reflexões de Perdigão ressaltam outro importante alerta: a discricionariedade dos burocratas de nível de rua informa diferentes modos de gerenciar as irregularidades do cotidiano, por meio de formas difusas de controle e vigilância.

Esse é o tema retomado no artigo de Ana Cláudia Cifali, detendo-se agora na abordagem das políticas de controle do crime e vigilância penal. Mestranda em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e bolsista do programa CAPES/CNJ Acadêmico, a autora argumenta que, em que pesem as transformações e as diferentes fases observadas no processo de constituição de um pensamento criminológico brasileiro, alguns traços de continuidade e permanência podem ser encontrados nos processos de configuração das políticas públicas relacionadas ao controle do crime e à punição no Brasil, especialmente as marcas

de construção de um Estado patrimonialista e personalista, no bojo do qual se desenvolvem práticas de seletividade penal, de violência institucional e de hierarquização punitiva.

Nesse sentido, argumenta Cifali, o Direito Penal assume papel de centralidade na formulação e na aplicação da política penal brasileira, fortemente marcada pela coexistência de diferentes princípios de justiça, pela produção de normas e de práticas de criminalização dos setores populares, por uma rígida estrutura corporativa composta pelos membros do poder judiciário e por práticas de clientelismo entre as diversas esferas estatais de controle do crime e as diferentes instâncias do poder político e econômico. Tais aspectos, segundo a interpretação da autora, apontam para uma incompletude do Estado, fazendo das dificuldades de acesso à justiça e da crescente reprodução da violência uma marca central da sociedade brasileira contemporânea.

A violência permanece como tema de reflexão do Dossiê, sendo retomada no artigo de William Alvarez, “Fumando pasta base de cocaína en ‘La Zona’: ansiedad, adicción y violencia en las calles de Quito-Ecuador”.

Aqui, mais uma vez o espaço urbano surge como algo dinâmico, para além de sua localização geográfica ou identificação física. “La Zona”, adverte Alvarez,

nos ofrece un territorio amplio; concurrido, controversial, desigual, marginal y opulento, el cual atraviesa la vida cotidiana de jóvenes de clase media y alta de la ciudad. Este espacio también escenifica construcciones dualista que contraponen lo: diurno/nocturno, legal/ilegal, inclusión/exclusión.

Dessa forma, aquela distensão espaço-temporal que já aparecera no artigo de Renata Montechiare ressurgiu em novo cenário: Alvarez nos descreve como, em “La Zona”, signos e pessoas, arquitetura e percursos, movimentam-se e se interpenetram cotidiana e permanentemente, em dinâmicas que ultrapassam olhares e interpretações binários acerca da vida nas cidades. A abordagem do autor, entretanto, se distingue das reflexões anteriores: com base em observação participante e no estabelecimento de vínculos diretos com sujeitos que transitam por seu campo de pesquisa, Álvarez nos oferece uma análise marcante das relações que se desdobram pelo uso da pasta base de cocaína, tomando para isso a trajetória de Rosario, usuária que durante o período pesquisado somava 12 anos de experiência pelas ruas de “La Zona”.

O artigo de Alvarez fecha, sem encerrar, este primeiro Dossiê temático da Revista *Áskesis*, apontando as inúmeras possibilidades, objetos, sujeitos e caminhos para a produção sociológica sobre as cidades. Trata-se, nesse sentido, de um caminho que se faz pela criatividade, pelas trocas e interpenetrações entre autores, pesquisadores, sujeitos e fatos, objetos e imaginação, o que, em si mesmo, sinaliza um processo de fortalecimento da Revista *Áskesis* junto aos discentes que a organizam, àqueles que nela publicam e ao conjunto mais amplo de seus leitores.

E aqui ressurgiu aquela ponte que mencionara no início desta apresentação. A oportunidade de escrever este texto me trouxe a oportunidade de conhecer novas fontes bibliográficas, novas possibilidades metodológicas, novas abordagens para meu tema de pesquisa. Esta é, penso eu, a grande contribuição que uma revista de discentes pode promover: o diálogo de estudos, de perspectivas, a passagem, diria o velho Chico, dos vãos às vitrines.

Boa leitura!